legais a que se refere o mesmo diploma, obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e tendo em conta que é do interesse e da necessidade do serviço, nomeio definitivamente a licenciada Ana Filipa Teixeira Rodrigues Ferreira Teles, pertencente ao quadro de nomeação definitiva da Escola Básica dos 2º e 3º ciclos de Elvas n.º 1-341393, por reclassificação, na categoria de Técnico Superior de 1ª Classe, da carreira técnica superior do quadro de pessoal do Instituto Camões, indo ocupar um lugar criado automaticamente e a extinguir quando vagar, posicionando-se no escalão 2, índice 475, da tabela indiciária do regime geral da Administração Pública, considerando-se exonerada do lugar que anteriormente ocupava à data da aceitação do lugar para que é nomeada. A presente nomeação tem adequado cabimento no orçamento do Instituto Camões. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

14 de Novembro de 2007. — A Presidente, *Simonetta Luz Afonso*.

Despacho n.º 29105/2007

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 314/2007, de 17 de Setembro, cumpridos todos os procedimentos legais a que se refere o mesmo diploma, obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e tendo em conta que é do interesse e da necessidade do serviço, nomeio definitivamente a licenciada Maria José Medeiro Chora Goulart Machado, pertencente ao quadro de nomeação definitiva do Agrupamento de Escolas de Telheiras — 343274, por reclassificação, na categoria de Assessor Principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal do Instituto Camões, indo ocupar um lugar criado automaticamente e a extinguir quando vagar, posicionando-se no escalão 4, índice 900, da tabela indiciária do regime geral da Administração Pública, considerando-se exonerada do lugar que anteriormente ocupava à data da aceitação do lugar para que é nomeada. A presente nomeação tem adequado cabimento no orçamento do Instituto Camões. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

14 de Novembro de 2007. — A Presidente, *Simonetta Luz Afonso*.

Despacho n.º 29106/2007

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 314/2007, de 17 de Setembro, cumpridos todos os procedimentos legais a que se refere o mesmo diploma, obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e tendo em conta que é do interesse e da necessidade do serviço, nomeio definitivamente a licenciada Maria Luisa Mota da Cunha Rego de Castro Martins, pertencente ao quadro de nomeação definitiva da Escola Secundária Rainha D. Amélia-404408, por reclassificação, na categoria de Assessor Principal, da carreira técnica superior do quadro de pessoal do Instituto Camões, indo ocupar um lugar criado automaticamente e a extinguir quando vagar, posicionando-se no escalão 4, índice 900, da tabela indiciária do regime geral da Administração Pública, considerando-se exonerada do lugar que anteriormente ocupava à data da aceitação do lugar para que é nomeada. A presente nomeação tem adequado cabimento no orçamento do Instituto Camões. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

14 de Novembro de 2007. — A Presidente, *Simonetta Luz Afonso*.

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P.

Despacho (extracto) n.º 29107/2007

Por meu despacho de 05 de Novembro de 2007, Paula Cristina Coelho Pereira, técnica superior de 1ª classe, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal do ex-Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior, provida automaticamente, por integração, no quadro de pessoal de ex-Instituto da Cooperação Portuguesa, na mesma categoria, carreira, índice e escalão, com efeitos reportados à data da aceitação do lugar neste Instituto, nos termos dos n.ºs 6 e 9 do artigo 12º da lei n.º 53/2006, de 07 de Dezembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

5 de Novembro de 2007. — O Vice-Presidente, *Artur Lami*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças

Portaria n.º 1172/2007

A Câmara Municipal do Alandroal solicitou a aquisição, por ajuste directo, da área de 20.500m² do prédio rústico, do domínio patrimonial

privado do Estado, designado por “Castelo”, correspondente ao interior da Fortaleza de Juromenha, tendo em vista a sua reconstrução e reconversão em unidade hoteleira.

O projecto apresenta benefícios quer para o Município do Alandroal dado criar um pólo de desenvolvimento, quer para o Estado, uma vez que vai permitir a revitalização do seu património.

Assim:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, o seguinte:

1.º Autorizar, nos termos do Decreto-Lei n.º 97/70, de 13 de Março, em conjugação com o disposto no n.º 1 do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de Agosto, a cessão, a título definitivo, pelo Estado a favor do Município do Alandroal do prédio rústico denominado por “Castelo” correspondente à área interior da Fortaleza de Juromenha, descrito sob o n.º 299/170398, e inscrito a favor do Estado pela Ap. 170398, na Conservatória do Registo Predial do Alandroal.

2.º Reconhecer o interesse público da cessão, uma vez que a mesma se destina à recuperação e reconversão do interior da Fortaleza de Juromenha, pela restauração das muralhas, hornaveque, fortim e fortaleza, que continuarão a pertencer ao Estado.

3.º Os encargos financeiros serão suportados por uma empresa municipal de capitais mistos, a qual desenvolverá a prossecução da finalidade da cessão.

4.º A presente cessão opera-se mediante uma contrapartida financeira em espécie, nomeadamente pela reconstrução de imóveis do Estado, constituindo, igualmente, obrigação da referida empresa municipal de capitais mistos, a construção, sem encargos para o Município, de uma estação de tratamento de esgotos, de uma rede de infra-estruturas de abastecimento de água, electricidade e saneamento básico, a construção de um posto de turismo, de um posto de saúde, de um anfiteatro com capacidade para quinhentas pessoas, e de um espaço museológico, entre outros equipamentos.

5.º O auto de cessão deverá ser celebrado no prazo de noventa dias após a data da publicação da presente Portaria.

6.º Esta cessão fica sujeita à cláusula de reversão, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 97/70, de 13 de Março, a qual terá que ser registada na Conservatória do Registo Predial, como ónus, devendo ao imóvel ser conferido o destino que fundamenta a cessão no prazo máximo de dois anos.

7.º O ónus de reversão deverá ser levantado mediante a exibição de documento emitido pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças confirmativo da conclusão do projecto que determinou a realização da cedência, e que o Município está autorizado a transferir a titularidade do imóvel para a empresa de capitais mistos por ele maioritariamente detida.

17 de Novembro de 2007. — O Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, *Carlos Manuel Costa Pina*.

Direcção-Geral dos Impostos

Direcção de Serviços de Gestão dos Recursos Humanos

Aviso (extracto) n.º 25488/2007

Por despachos da Subdirectora-Geral, por delegação de competências do Director-Geral dos Impostos, e do Presidente do Conselho Directivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, de 08/10/07 e 23/10/07, respectivamente, foi autorizada a prorrogação da requisição para a DGCI, da arquitecta assessora principal, Olga Maria Nunes Saraiva Gouveia Moreira da Silva, do quadro da ex-Direcção-Geral dos Edifícios e dos Monumentos Nacionais, nos termos do artigo 6º da lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com afectação à Direcção de Serviços de Instalações e Equipamentos, com efeitos a 15/10/07.

7 de Novembro de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Aviso (extracto) n.º 25489/2007

Por despacho do Senhor Director-Geral dos Impostos, de 15/11/07, proferido nos termos dos artigos 13º e 24º do Decreto-Lei n.º 557/99, de 17 de Dezembro, foram nomeados, em regime de substituição, nos cargos de chefes de finanças, Alípio José Santos Barreira, no S.F. de Murça, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 01/07/07, José João Pereira de Jesus, no S.F. de Peso da Régua, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 01/10/07, Francisco José Lambuzana Luciano, no S.F. de Setúbal 2, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 01/11/07, Pedro Jorge Rio Raminhos do Nascimento, no S.F. de Vila do Bispo, por impedimento do titular do cargo, com efeitos reportados a 20/11/07, Orlando de Jesus Martins Bandeira, no S.F. de Albufeira, por impedimento do